

AUSTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 05.709.198/0001-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Nota	Controladora	Consolidado		Nota	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo												
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	5	268	270	25.258	15.489							
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	25.160	22.678							
Contas a receber	6	-	-	36.712	27.913							
Estoques	-	-	-	7.335	4.797							
Impostos a recuperar	829	951	-	2.688	2.049							
Despesas antecipadas	-	-	-	71	60							
Outros ativos	-	-	-	4.281	4.271							
Total do ativo circulante	1.097	1.221	-	101.485	77.257							
Ativo não circulante												
Outros ativos	-	-	-	951	394							
Impostos a recuperar	-	-	-	-	3.574							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	12.387	7.535							
Depósitos judiciais	8	-	-	2.702	3.877							
Investimentos	10	-	-	20.565	235							
Direito de uso	10	-	-	19.446	23.612							
Imobilizado	11	-	-	56.233	57.871							
Intangível	12	22	22	22.119	16.335							
Total do ativo não circulante	22	20.587	20.587	113.901	113.433							
Total do ativo	1.119	21.808	21.808	215.286	190.690							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional O Austa Participações S.A. ("Hospital", "Companhia" ou "AP") é uma Sociedade Anônima Brasileira, de capital fechado, sediada na cidade de São José do Rio Preto (São Paulo), na Avenida Murcid Homsi, 1.275, bairro Parques Residencial Comendador Mancor Daud, e tem por objeto social a participação em outras sociedades e associações, na qualidade de acionista, quotista ou associado. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas as atividades estão inseridas nos segmentos de serviço hospitalar e plano de saúde. Sua controladora é a holding de Hospital Care Ledônia S.A. ("Hospital Care"). Quadro resumo das participações societárias:

Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Austa Clínicas Assistência Médica e Hospitalar Ltda. ("AC") (i)	100%	-	100%	-
Centro Médico Rio Preto S.A. ("CM") (ii)	100%	-	100%	-
Hospital do Coração Rio Preto Ltda. ("HMC") (iii)	-	100%	-	100%
Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda. ("IMC") (iv)	-	100%	-	100%
Austacor - Serviço Especializado de Hemodiálise Ltda. ("Austacor") (v)	-	20%	-	20%

(i) Austa Clínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda. ("AC") - Controlada direta da Austa, possui atividades de plano de saúde. (ii) Centro Médico Rio Preto S.A. ("CM") - Anteriormente denominado Centro Médico Rio Preto Ltda., é controlada direta da AP, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. (iii) Hospital do Coração Rio Preto Ltda. ("HMC") - Controlada direta do CM, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. (iv) Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda. ("IMC") - tem como nome fantasia IMC - Instituto de Moléculas Cardiovasculares, é controlada direta da CM e possui atividade ambulatorial especializada em cardiologia. (v) Austacor Serviço Especializado de Hemodiálise Ltda. ("Austacor") - Coligada da CM, opera no segmento de atendimentos clínicos de pacientes com graves problemas cardiológicos, neurológicos e vasculares utilizando a hemodiálise para o tratamento de dor. **Sazonalidade** Não há efeitos sazonais significativos nas operações da Companhia, no entanto, um volume menor de clientes pode ser observado no verão (dezembro, janeiro e fevereiro) devido às celebrações de fim de ano e ao período de férias, e um volume maior de clientes pode ser observado no inverno (junho, julho e agosto). **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Resumo das Principais Práticas Contábeis** Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias e das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **Base de preparação** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao (ao) valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar em vendas na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques e o preço que seria recebido pelo ativo. **Ativos Intangíveis** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ativo, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis não são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Investimento** Nas demonstrações financeiras individuais o investimento nas subsidiárias está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia, considerando o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas demonstrações financeiras, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas. **Consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "consolidado"), vide relação das entidades controladas na nota explicativa nº 1. A Companhia consolidou todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui: i) Poder e influência sobre uma investida; ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida; iii) Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes de uma investida. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlá-la e controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança justo de ativos e passivos reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Transações, saldos e ganhos não realizados entre Sociedades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. **Transações com participações de não controladores** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. **Combinação de negócios** Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados

em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconhece o valor justo de despesas e custos adicionais suportados por itens de aquisição, como despesas independentes. A administração, com base na sua experiência em transações de aquisições, avalia a adequação dos valores determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta determinado nível de julgamento. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. **Ágio** O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação aos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. O ágio da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ágio relativo as aquisições das empresas, a Administração considerou uma unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Arrendamento mercantil** Conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16 o ativo reconhecido para arrendamento mercantil é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental para a mensuração do passivo de arrendamento. **Fornecedores** Fornecedores são obrigados a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Essas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. **Custos de captação** Os custos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **Provisões** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos relativos à obrigação sejam realizados, o valor reconhecido do passivo financeiro, um recebível é reconhecido pelo valor justo e somente se o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser determinado de forma confiável. **Quotistas e passivos** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Instrumentos financeiros** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas quando este for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros não derivativos - classificação e mensuração Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem ao valor justo de um ativo financeiro mantido até o fim do fluxo de caixa contratual e ativo que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia avalia cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: i) A Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. ii) A Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes para o principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os saldos das contas a receber são apresentados líquidos dos adiantamentos de clientes por se tratar de recebimento de convênios que ainda não foram identificadas as notas fiscais referentes ao serviço prestado. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE" ou "impairment"), que considera o conceito de perdas esperadas sobre todo o saldo do contas a receber. As provisões são apresentadas como redutora do saldo do contas a receber e constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores futuramente. Como critério para perdas de crédito esperada é realizada análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte e havendo necessidade é realizado o provisionamento total da carteira em aberto dessas contas. Como critério para provisionamento de glosas, a Companhia anualmente analisa a performance de recebimento dos títulos vencidos entre 180 e 720 dias, prazo considerado suficiente para esgotamento do processo de cobrança. O percentual encontrado é aplicado sobre a receita bruta registrada e o resultado é mantido e repassado ao cliente. A análise é feita de forma individualizada por unidade geradora de caixa, assim como o percentual provisionado de glosa no exercício. **Estoques** Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são contabilizados como custo das imobilizações. Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os custos, serão auferidos pela Companhia. Despesas de manutenção e reparos reconhecidas inicialmente no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e constituído o imposto de renda diferido sobre os mesmos. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que o ativo é finalizado e está disponível para utilização. **Ativos Intangíveis** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ativo, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis não são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Investimento** Nas demonstrações financeiras individuais o investimento nas subsidiárias está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia, considerando o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas demonstrações financeiras, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas. **Consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "consolidado"), vide relação das entidades controladas na nota explicativa nº 1. A Companhia consolidou todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui: i) Poder e influência sobre uma investida; ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida; iii) Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes de uma investida. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlá-la e controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança justo de ativos e passivos reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Transações, saldos e ganhos não realizados entre Sociedades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. **Transações com participações de não controladores** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. **Combinação de negócios** Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Controladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(34.940)	1.110	(34.367)	1.110
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(34.940)	1.110	(34.367)	1.110
Atribuído aos acionistas controladores	(34.940)	1.110	(34.940)	1.110
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(34.940)	1.110	(34.367)	1.110

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Atribuível aos Acionistas Controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	6.820	1.353	28.173	(256)	(256)	27.917
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(1.353)	(1.353)	-	-	(1.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	6.820	(1.986)	11.947	-	(256)	11.698
Lucro do exercício	-	-	1.110	1.110	-	-	1.110
Aumento de capital	397	-	397	397	-	-	397
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(51)	51	-	-	-	-
Reservas	-	1.110	(1.110)	-	256	-	256
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.397	6.769	(13.705)	13.461	-	-	13.461
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(34.940)	(34.940)	573	(34.367)	(34.367)
Reservas	-	-	(34.940)	34.940	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.397	6.769	(48.645)	(21.479)	573	(20.906)	(20.906)

em seu respectivo valor justo, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconhece o valor justo de despesas e custos adicionais suportados por itens de aquisição, como despesas independentes. A administração, com base na sua experiência em transações de aquisições, avalia a adequação dos valores determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta determinado nível de julgamento. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. **Ágio** O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação aos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. O ágio da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ágio relativo as aquisições das empresas, a Administração considerou uma unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Arrendamento mercantil** Conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16 o ativo reconhecido para arrendamento mercantil é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorrid

...continuação

caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna do Grupo, considerando as perdas históricas e esperadas. (c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na nota explicativa nº 12.d). (d) Impostos diferidos Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. (e) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis A Companhia reconhece provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis com base na avaliação da probabilidade de êxito. Essa avaliação inclui o estudo das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos contingentes estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras, considerando a expectativa de desembolso de caixa. (f) Arrendamento mercantil A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial (se aplicável) a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. Para mais detalhes sobre a taxa de arrendamentos, vide nota explicativa nº 10. 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022	2021	
Caixa e bancos	25.207	2.045			
Aplicações financeiras (i)	51	13.444			
Total	25.258	15.489			

(i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB e possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significativo risco de mudança de valor e a Companhia possui direito de resgate imediato, com rendimento médio de 97% (97% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 6. Contas a Receber

	Consolidado		Consolidado		Consolidado
	2022	2021	2022	2021	
Contas a receber - convênios e outros	55.511	29.836			
Contas a receber - particulares	2.593	282			
Subtotal	58.094	30.118			
Perdas de crédito esperada (PCE) e glosa	(5.172)	(2.205)			
Total	52.923	27.913			

As contas a receber de particulares, convênios e outros por data de vencimento estão assim demonstradas:

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	49.927	22.669		
Vencidas até 60 dias	3.163	4.493		
Vencidas de 61 a 120 dias	558	620		
Vencidas de 121 a 180 dias	216	327		
Vencidas acima de 180 dias	4.230	2.009		
Total	58.094	30.118		

Movimentação da PCE e Glosas A movimentação perdas de crédito esperada (PCE) e Glosas está demonstrada conforme a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(2.206)	(1.198)		
Adições líquidas de reversões	(2.965)	(1.008)		
Saldo final	(5.172)	(2.206)		

7. Partes Relacionadas A Companhia, sua controladora direta e as suas controladas e as pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais sobre condições acordadas entre as partes. Os saldos referentes a estas operações, por natureza, estão no quadro a seguir:

	Controladora		Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022	2021	
Terrenos	4	9.654			
Edificações	10	6.459			
Móveis e utensílios	10	1.732			
Equipamentos e Aparelhos	10	15.470			
Equipamentos e Informática	20	1.378			
Instalações	10	242			
Imobilizações em andamento	4	4.802			
Beneficiárias em bens de terceiros	4	7.293			
Outros	4 a 15	10.871			
Total		57.871			

8. Depósitos Judiciais - Consolidado

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos tributários	12	12		
Depósitos trabalhistas	447	403		
Depósitos cíveis	2.243	3.463		
Total	2.702	3.877		

9. Investimentos / Provisão para perda com Investimentos

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	20.565	19.464		
Resultado de equivalência patrimonial	(35.040)	(605)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	1.700		
Outros		6		
Saldo no fim do exercício	(10.474)	20.565		

Informações resumidas dos investimentos

	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Austa					
Clínicas	28.108	100%	88.460	43.375	45.085
Centro Médico					4.467
Austa	3.875	100%	131.780	187.338	55.558
Centro Médico					(30.000)
Austa					2021
Clínicas	24.108	100%	78.649	33.097	45.552
Centro Médico					3.010
Austa	3.875	100%	91.954	116.940	(24.986)

10. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

Movimentação dos saldos em 31/12/2022:

Direito de uso

	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 2021	Adições	Amortização	Saldo em 2022
Máquinas e equipamentos hospitalares	-	1.745	(645)	-
Equipamentos de Informática	-	233	(102)	-
Imóveis	23.612	5.176	(2.183)	(8.395)
Total	23.612	7.154	(2.926)	(8.395)

Passivo de arrendamento

	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 2021	Adições	Juros	Pagamentos
Máquinas e equipamentos hospitalares	-	1.745	160	(830)
Equipamentos de Informática	-	233	26	(136)
Imóveis	23.904	5.176	843	(3.525)
Total	23.904	7.154	1.029	(4.491)

Máquinas e equipamentos hospitalares

Equipamentos de Informática

Imóveis

Circulante

Não circulante

Movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2021:

Direito de uso

	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 2020	Adições	Amortização	Saldo em 2021
Imóveis	18.988	6.365	(1.741)	23.612
Total	18.988	6.365	(1.741)	23.612

Passivo de arrendamento

	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 2020	Adições	Juros	Pagamentos
Máquinas e equipamentos hospitalares	19.038	6.365	929	(2.428)
Equipamentos de Informática	19.038	6.365	929	(2.428)
Imóveis				
Total	38.076	12.730	1.858	(4.856)

Máquinas e equipamentos hospitalares

Equipamentos de Informática

Imóveis

Circulante

Não circulante

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direitos de uso são depreciados linearmente considerando o período de cada contrato. Como contrapartida, a Companhia reconhece o valor dos passivos de arrendamentos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. A Companhia não está sujeita a um risco de liquidez significativo com relação aos seus passivos de arrendamento. Os fluxos de pagamentos de alugueis são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa de desconto incremental que corresponde às cotações de mercado, com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras que possuem relacionamento com a Companhia, nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente às cotações de mercado entre 7,18% e 12,46%. 11. Imobilizado a) Movimentações nas contas de ativo imobilizado em 31/12/2022 - Consolidado

	Controladora		Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022	2021	
Terrenos	4	9.654			
Edificações	10	6.459			
Móveis e utensílios	10	1.732			
Equipamentos e Aparelhos	10	15.470			
Equipamentos e Informática	20	1.378			
Instalações	10	242			
Imobilizações em andamento	4	4.802			
Beneficiárias em bens de terceiros	4	7.293			
Outros	4 a 15	10.871			
Total		57.871			

b) Movimentações nas contas de ativo imobilizado em 31/12/2021 - consolidado

	Controladora		Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022	2021	
Terrenos	4	9.654			
Edificações	10	7.472			
Móveis e utensílios	10	1.854			
Equipamentos e Aparelhos	10	8.590			
Equipamentos e Informática	20	879			
Instalações	10	40			
Imobilizações em andamento	4	4.802			
Beneficiárias em bens de terceiros	4	4.748			
Outros	4 a 15	6.606			
Total		44.645			

i) Análise de "impairment" do imobilizado Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. 12. Intangível a) Movimentação e composição dos saldos em 31/12/2022 - consolidado

	Consolidado		Consolidado	
	Taxa anual de amortização %	Saldo líquido em 2021	Adições	Saldo líquido em 2022
Sistemas e aplicativos	20	284	715	(98)
Ágio de rentabilidade futura	-	16.021	5.173	(21.194)
Marcas e patentes	10	30	(6)	(30)
Total		16.335	5.888	(104)

Movimentação e composição dos saldos em 31/12/2021 - consolidado

	Consolidado		Consolidado	
	Taxa anual de amortização %	Saldo líquido em 2020	Adições	Saldo líquido em 2021
Sistemas e aplicativos	20	96	312	(124)
Ágio de rentabilidade futura	-	16.021	-	16.021
Marcas e patentes	10	30	(30)	(30)
Total		126	16.333	(124)

c) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de "impairment". A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo intangível e o de suas controladas. d) Teste de avaliação ao valor recuperável - ágio A Companhia efetuou os testes de recuperação dos seus ágios seguindo os critérios do CPC 01/ IAS 36 e independentemente da existência de indicativos de perda de seu valor de recuperação. O valor recuperável das UGCs é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto anual "Weighted Average Cost of Capital - WACC" de 13%. As projeções dos fluxos de caixa para o período de 10 anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração e feitas pela unidade geradora de caixa. As principais premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa são: • Receitas: projetadas de 2023 a 2031 (10 anos) em linha com o histórico de crescimento médio de 4,5% ao ano das unidades considerando o crescimento da quantidade de atendimentos conforme maturação das unidades. • Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no crescimento estimado das receitas e inflação projetada de 4,0% ao ano. • Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais. • Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico, bem como no crescimento das receitas. Os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram apurados por meio do cálculo de perpetuidade pelo modelo Gordon-Shapiro considerando um crescimento anual constante de 3% que corresponde à taxa prevista de inflação. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável em análise. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. 13. Fornecedores

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de materiais, medicamentos e serviços	26.040	22.423		
Fornecedores de ativos fixos	189	264		
Fornecedores de materiais de uso e consumo	1.215	1.752		
Total	27.444	24.439		
Circulante	27.255	24.263		
Não circulante	189	176		

14. Empréstimos e Financiamentos a) Composição dos saldos - CONSOLIDADO

	Linha de Crédito	Res	Juros	Vencimento final	2022	2021
de Giro	Bocon	1,5% a.a.	26/04/2024	9.916	9.916	
Capital	CDI +					
de Giro	Itaú	3,4% a.a.	28/11/2023	20.293	20.366	
Capital	San- CDI +					
de Giro	tander	2,3% a.a.	29/01/2024	30.783	-	
Capital	Bra- desco	1,75% a.a.	16/02/2023	789	5.456	
Total				61.782	35.738	
Circulante				19.846	24.923	
Não circulante				41.936	10.815	

b) Movimentação dos empréstimos A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	35.738	39.522		
Adições	30.000	12.000		
Juros incorridos	14.049	1.333		
Pagamento de principal	(5.090)	(13.989)		
Pagamento dos encargos financeiros	(12.915)	(3.128)		
Saldo final	61.782	35.738		

Saldo inicial

Adições

Juros incorridos

Pagamento de principal

Pagamento dos encargos financeiros

Saldo final

Saldo líquido em 2022

Saldo líquido em 2021